



Diário Oficial

Estado de Goiás

GOIÂNIA, QUINTA-FEIRA, 19 DE MARÇO DE 2020

ANO 183 - DIÁRIO OFICIAL/GO - Nº 23.262

SUPLEMENTO

ATOS DO PODER EXECUTIVO

DECRETO DE 19 DE MARÇO DE 2020.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE GOIÁS, no uso de suas atribuições constitucionais e legais e tendo em vista o que consta do Processo nº 202000010004733, resolve:

I - exonerar do correspondente cargo de provimento em comissão de Assessor "A7", os que nele se acham investidos, da Secretaria de Estado da Administração:

| No DE ORDEM | EXONERAR | CPF/ME No |
|-------------|------------------------|----------------|
| 1 | CLÁUDIA FREITAS ARAÚJO | 958.841.301-04 |
| 2 | RICARDO DA SILVA NUNES | 015.247.171-50 |

II - exonerar dos correspondentes cargos de provimento em comissão os que neles se acham investidos, da Secretaria de Estado da Saúde, e nomear os indicados a seguir, para exercê-los:

| No DE ORDEM | EXONERAR | CARGO | NOMEAR |
|-------------|--|--|---|
| 1 | LEONEL DE SOUSA MELO FILHO CPF/ME no 471.228.461-72 | CORREGEDOR SETORIAL, DAI-1 | CLÁUDIA FREITAS ARAÚJO CPF/ME no 958.841.301-04 |
| 2 | ANDRÉ LUIZ TAVARES DE BRITO CPF/ME no 435.801.571-91 | GERENTE DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E MANUTENÇÃO, DAI-1 | CÍNTIA MÁRCIA RACHID CPF/ME no 828.615.361-87 |
| 3 | EDILBERTO ALEXANDRE SILVA MACHADO CPF/ME no 615.180.693-04 | GERENTE DE PLANEJAMENTO INSTITUCIONAL, DAI-1 | RICARDO DA SILVA NUNES CPF/ME no 015.247.171-50 |

III - condicionar a eficácia dos provimentos de que trata o inciso II ao atendimento, pelos nomeados, do art. 1º do Decreto nº 7.587, de 30 de março de 2012, com alterações posteriores, por ocasião das respectivas posses.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS, em Goiânia, 19 de março de 2020, 132ª da República.

RONALDO RAMOS CAIADO

Protocolo 173807

Secretaria de Estado da Administração

Portaria nº 099/2020 - SEAD

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 19 da Lei nº 20.491, de 25 de junho de 2019 e art. 11 do Decreto nº 9.634, de 13 de março de 2020; e

CONSIDERANDO o disposto na Portaria nº 096/2020, da Secretaria de Estado da Administração;

CONSIDERANDO que o Sistema Eletrônico de Informações - SEI é acessível por qualquer computador doméstico, interligado à internet, mediante login e senha;

CONSIDERANDO que o Sistema de Registro de Frequência - SRF foi disponibilizado a todos os servidores no endereço eletrônico na internet; e

CONSIDERANDO a necessidade de trazer esclarecimentos aos órgãos e entidades acerca dos procedimentos a serem adotados relacionados aos enfrentamentos do novo coronavírus (COVID-19);

RESOLVE:

Art. 1º O servidor cujas atividades não se enquadrem naquelas possíveis de serem realizadas de forma remota deverá ser colocado em regime de sobreaviso, sem prejuízo da sua remuneração.

§ 1º Os servidores em regime de sobreaviso e que não pertençam aos grupos de risco de que trata o art. 5º do Decreto 9.634, de 13 de março de 2020 poderão ser convocados a qualquer tempo para desempenhar atividades de natureza assistencial, social e humanitária em qualquer dos órgãos do Poder Executivo de Goiás para atividades tais como, mas não se limitando a:

I - preparação de cestas básicas;

II - preparação de kits de medicamentos;

III - preparação de insumos médicos e hospitalares;

IV - logística, transporte e entrega, de alimentos, medicamentos, materiais de higiene pessoal e limpeza, entre outros; e

V - preparação de refeições.

§ 2º Os servidores que não pertencem aos grupos de risco de que trata o art. 5º do Decreto 9.634, de 13 de março de 2020, e cujas atividades não se enquadram naquelas possíveis de serem realizadas de forma remota poderão, alternativamente ao disposto no § 1º, desempenhar suas atividades presencialmente em turnos de revezamento de jornada de trabalho, permanecendo em sobreaviso no seu contraturno, sem prejuízo da sua remuneração.

§ 3º O titular do órgão ou da entidade deverá informar à Secretaria de Estado da Administração, em formulário próprio por ela estabelecido, a relação dos servidores a serem submetidos ao regime de sobreaviso, obrigatoriamente com as informações atualizadas de seus contatos, como número de telefone, endereço residencial e e-mail.

§ 4º O servidor que não atender à convocação de que trata o § 1º deverá retornar imediatamente ao trabalho presencial, sem prejuízo de responsabilização administrativa.

Art. 2º Constituem deveres dos ocupantes de cargos da estrutura básica ou complementar que possua servidor submetido ao sistema de teletrabalho:

I - cumprir todos os dispositivos regulamentários, consignados nos atos editados pelas autoridades do Estado de Goiás, que tratam do enfrentamento do novo coronavírus (COVID-19);

II - avaliar quais atividades podem ser desempenhadas pelo servidor de forma remota;

III - certificar se o servidor possui as condições e ferramentas necessárias ao teletrabalho, como computador, acesso à internet e aos sistemas corporativos;

IV - comunicar ao servidor todos os assuntos em que é parte, conforme orientações e formulários disponíveis no portal da Secretaria de Estado da Administração (www.administracao.go.gov.br);

V - definir e pactuar com cada servidor as atividades que deverão ser produzidas durante o trabalho remoto;

VI - utilizar mecanismos de acompanhamento remoto do trabalho, podendo ser utilizadas ferramentas gratuitas, como Trello, Quire, Asana, Google Drive, Zoom.us, disponibilizada pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento e Inovação, ou relatório a ser enviado pelo SEI ou planilha de gerenciamento de entregas, cujos os modelos serão disponibilizados no site da Secretaria de Estado da Administração (www.administracao.go.gov.br); e

VII - informar à sua respectiva Gerência de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas a lista de servidores que serão submetidos ao teletrabalho.

Art. 3º Constituem deveres do servidor submetido ao sistema de teletrabalho:

I - cumprir as metas pactuadas, com a qualidade exigida pela chefia imediata;

II - atender à convocação para comparecimento à repartição pública, respeitado o prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas;

III - manter telefones de contato permanentemente atualizados e disponíveis, nos dias e horários fixados para a sua jornada de trabalho, ainda que sujeito ao regime de que trata o art. 4º da Portaria nº 096/2020 - SEAD;

IV - consultar frequentemente, nos dias e horários fixados para a sua jornada de trabalho, o correio eletrônico institucional, assim como o Sistema Eletrônico de Informações (SEI!), ainda que sujeito ao regime de que trata o art. 4º da Portaria nº 096/2020 - SEAD;

V - manter contato frequente com a chefia imediata no que diz respeito à evolução do trabalho e eventuais dificuldades que possam atrapalhar o seu desempenho profissional;

VI - registrar sua frequência por meio eletrônico, utilizando o Sistema de Registro de Frequência - SRF, nos horários estabelecidos para o servidor antes da implementação do teletrabalho; e

VII - não delegar a terceiros, servidores ou não, a responsabilidade pela execução de suas atividades.

Art. 4º Nos próximos 30 (trinta) dias, a contar da publicação desta Portaria, não será permitido o acesso de terceiros às dependências das repartições públicas estaduais, excetuados as autoridades, oficiais de justiça, ou mediante autorização expressa da Superintendência de Gestão Integrada ou equivalente, ou do Gabinete do Secretário de Estado ou equivalente.

§ 1º Os atendimentos serão realizados, preferencialmente, pelo Sistema Eletrônico de Informações - SEI, *e-mail*, ou ainda por telefone e/ou aplicativo de mensagem a ser divulgado nos canais oficiais de comunicação do órgão ou entidade.

§ 2º Os atendimentos presenciais destinados a público externo, quando essenciais, deverão ser previamente agendados por sistema informatizado ou por telefone e/ou aplicativo de mensagem disponibilizado para esse fim.

Art. 5º Ficam suspensos os prazos de processos administrativos em curso, bem como o acesso a usuários externos a autos de processo físicos em andamento, pelos próximos 30 (trinta) dias, prorrogáveis por ato do Secretário de Estado da Administração.

Parágrafo Único. Os processos administrativos em curso deverão tramitar exclusivamente de maneira eletrônica, via Sistema Eletrônico de Informações - SEI, devendo haver prévia conversão

de autos físicos em eletrônicos, na forma disposta na Instrução Normativa nº 008/2017, do órgão responsável pela gestão do SEI.

Art. 6º O uso indevido do registro do ponto eletrônico pelo servidor ou chefia imediata para abonar período não trabalhado, compor banco de horas fictício ou pagar horas extras não realizadas será configurado transgressão disciplinar grave, sujeitando o infrator às sanções previstas em lei.

Parágrafo Único. A Controladoria-Geral do Estado poderá realizar inspeções para exame da regularidade dos procedimentos de que trata o *caput*.

Art. 7º No caso de descumprimento de quaisquer das disposições contidas nesta Portaria, fica a chefia imediata, via despacho, obrigada a cancelar o instituto de teletrabalho ao servidor infrator.

Art. 8º Recomenda-se a aplicação, no que couber, às empresas públicas e sociedades de economia mista do Poder Executivo Estadual o disposto no Decreto nº 9.634, de 13 de março de 2020, assim como nas Portarias editadas pela Secretaria de Estado da Administração que tratem do enfrentamento do novo coronavírus (COVID-19).

Parágrafo Único. Naquilo que não couber, recomenda-se a adoção de medidas similares.

Art. 9º O § 6º do art. 3º da Portaria 096/2020 - SEAD passa a vigorar com a seguinte redação:

“§ 6º Caberá ao titular de órgão ou entidade a emissão de Portaria de teletrabalho exclusivamente para estabelecer os nomes dos servidores, cargos e o período, limitado a 30 (trinta) dias”.

Art. 10 Ficam revogados os dispositivos constantes de Portarias, emitidas pelos titulares de órgãos e entidades, que sejam conflitantes com os dispostos no Decreto nº 9.634, de 13 de março de 2020, assim como nas Portarias editadas pela Secretaria de Estado da Administração que tratem do enfrentamento do novo coronavírus (COVID-19).

Art. 11 Ficam revogados os § 4º e 5º do art. 5º da Portaria nº 096/2020, da Secretaria de Estado da Administração, publicada no Diário Oficial nº 23.260, de 17 de março de 2020.

Art. 12 Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. CUMPRA-SE e PUBLIQUE-SE.

GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO, aos 19 dias do mês de março de 2020.

BRUNO MAGALHÃES D'ABADIA

Secretário de Estado

Protocolo 173792

Portaria nº 102/2020 - SEAD



O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais e, com fundamento do art. 19 da Lei Estadual n. 20.491/19 e Decreto n. 9.583, de 18 de dezembro de 2019 e, considerando o que estabelece a Lei Estadual n. 17.475/11 que disciplina os serviços e atendimento do Serviço Integrado de Atendimento ao Cidadão - Programa Vapt Vupt e, ainda, considerando o que dispõe o Decreto n. 9.634, de 13 de março de 2020, que estabeleceu medidas de emergência para a prevenção da propagação do novo coronavírus (COVID-19),

RESOLVE:

Art. 1º A Portaria n. 3/2020, de 17 de março de 2020, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 11 As unidades do Programa Vapt Vupt continuarão prestando SOMENTE os serviços presenciais relacionados abaixo, dos seguintes órgãos:

(...)

| | | |
|--|---|---|
|  <p>Estado de Goiás Imprensa Oficial do Estado de Goiás</p> |  <p>AGÊNCIA BRASIL CENTRAL</p> <p>Rua SC-1, nº 299 - Parque Santa Cruz CEP: 74.860-270 - Goiânia - Goiás Fones: 3201-7639 / 3201-7623 / 3201-7663 www.abc.go.gov.br</p> | <p>Diretoria</p> <p>José Roberto Borges da Rocha Leão Presidente</p> <p>Clebiana Pimenta Gouvêa Cruz Diretora de Gestão Integrada</p> <p>Euliebem José Barbosa Diretor de Telerradiodifusão, Imprensa Oficial e Site</p> <p>Previsto Custódio dos Santos Gerente de Imprensa Oficial e Mídias Digitais</p> |
|--|---|---|



I - UNIDADE PRAÇA CÍVICA - Palácio Pedro Ludovico Teixeira - PPLT, n. 400, Setor Central, GOIÂNIA - GO:

IPASGO - somente mediante agendamento prévio pelo site **www.vaptvupt.go.gov.br**, na opção de agendamento PRESENÇA IPASGO:

- Inclusão de dependentes
- Emissão de boletos
- Regularização Financeira (Parcelamento de débitos)
- Entrega do cartão Ipasgo

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO:

- Protocolo Geral - sem agendamento

SECRETARIA GERAL DA GOVERNADORIA:

- Redatoria do Governador - sem agendamento

II - UNIDADE GARAVELO - Avenida Tropical, 1813-1881, Jardim Tropical, APARECIDA DE GOIÂNIA - GO:

IPASGO - somente mediante agendamento prévio pelo site **www.vaptvupt.go.gov.br**, na opção de agendamento PRESENÇA IPASGO:

- Inclusão de dependentes
- Emissão de boletos
- Regularização Financeira (Parcelamento de débitos)
- Entrega do cartão Ipasgo

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA - somente mediante agendamento prévio pelo site **www.vaptvupt.go.gov.br**, na opção de agendamento PRESENÇA RG EMERGENCIAL:

- Emissão de RG Emergencial, SOMENTE mediante atendimento dos protocolos de enquadramento na situação emergencial.

II - AS DEMAIS UNIDADES DO ESTADO:

IPASGO - somente mediante agendamento prévio pelo site **www.vaptvupt.go.gov.br**, na opção de agendamento PRESENÇA IPASGO:

- Inclusão de dependentes
- Emissão de boletos
- Regularização Financeira (Parcelamento de débitos)
- Entrega do cartão Ipasgo

Art. 2º Os usuários agendados para atendimento do serviço de expedição de RG (situação normal), emissão de CTPS e solicitação de Seguro Desemprego serão re-agendados para data posterior àquela previamente estabelecida, em ordem de prioridade. A equipe de Gestão do Programa *Vapt Vupt* entrará em contato para informar acerca do referido re-agendamento.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

DÊ-SE CIÊNCIA, CUMPRA-SE e PUBLIQUE-SE.

GABINETE DO SECRETÁRIO DA SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO, aos 19 dias do mês de março de 2020.

BRUNO MAGALHÃES D'ABADIA

Secretário de Estado

Protocolo 173812

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Portaria 46/2020 - SEMAD

A Secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 40 da Constituição Estadual e demais preceitos legais, e ainda;

Considerando o disposto nos Decretos nº 9.633 de 13/03/2020 e nº 9.637 de 17/03/2020 publicados pelo Governo do estado de Goiás;

Considerando a atendimento às determinações do Ministério da Saúde e alinhada às deliberações governamentais federal e estadual referentes às restrições ao funcionamento das atividades públicas que envolvem contatos e atendimentos presenciais com públicos externos;

Considerando a responsabilidade da SEMAD em contribuir efetivamente na prevenção e controle dos riscos e enfermidades causadas pelo COVID 19;

RESOLVE:

Art. 1º. Suspender, por prazo indeterminado, as atividades relativas à visitação pública e utilização das Unidades de Conservação Estaduais - UCs para fins de pesquisas e levantamentos científicos presenciais, incluindo atividades educativas e de lazer comunitário, como caminhadas, pedaladas, visitas contemplativas, entre outras.

Art. 2º. A normalização das atividades públicas em UCs estaduais, até que os níveis de segurança sanitária e de saúde pública sejam restabelecidos, será definida em momento oportuno, com ampla divulgação das condutas de reabertura das mesmas.

Art. 3º. As demais atividades internas nas unidades cabíveis aos responsáveis pela administração das UCs Estaduais, sob a coordenação geral da Gerência de Criação e Manejo de Unidades de Conservação, serão mantidas normalmente.

Art. 4º. Para fins de assegurar as atividades de prevenção de incêndios florestais e de manutenção das UCs estaduais para o controle de atividades lesivas ao meio ambiente em seus interiores e entornos, a Gerência de Criação e Manejo de Unidades de Conservação e a Gerência de Uso Público, Regularização Fundiária e Gestão Sócio Ambiental de UCs estabelecerão em conjunto metas a serem cumpridas pelos responsáveis e equipes lotadas ou destacadas para o gerenciamento das UCs estaduais.

§ 1º. O registro das metas e sua informação à Subsecretaria de Desenvolvimento Sustentável, Proteção Ambiental e Unidades de Conservação é obrigatória, mediante processo aberto no SEI, devendo substituir, quando for o caso, os indicadores e metas estabelecido para o ciclo da ADAMA vigente e subsequente.

§ 2º. As demandas de equipamentos, serviços e meios devem ser encaminhadas formalmente, por meio de Termos de Referência ou Memorandos via SEI, à Superintendência de Gestão Integrada - SGI ou, quando for o caso, à Gerência de Compensações Ambientais, Conversão de Multas e Recursos Especiais, seguindo suas orientações e com prazos estabelecidos para seu atendimento normal e emergencial.

Art. 5º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CUMPRA-SE e PUBLIQUE-SE.

Gabinete da Secretária da SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, aos 19 dias do mês de março de 2020.

(assinado eletronicamente)

ANDRÉA VULCANIS

Secretária de Estado

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Protocolo 173832

AUTARQUIAS

Agência Goiana de Infraestrutura e Transportes

Portaria 152/2020 - GOINFRA

Considerando a Declaração da Organização Mundial de Saúde, em 11 de março de 2020, que decreta situação de pandemia no que se refere à infecção pelo novo coronavírus;

Considerando a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência em saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019;

Considerando a Nota Técnica SES-GO que acionou o nível 1 do Plano de Contingência para o Novo Coronavírus da Secretaria de Estado da Saúde, conforme recomendação do Ministério da Saúde;

Considerando o Decreto nº 9.633, de 13 de março de 2020, do Governador do Estado de Goiás, que dispõe sobre a decretação de situação de emergência na saúde pública do Estado de Goiás, em razão da disseminação do novo coronavírus (COVID-19);

Considerando o Decreto nº 9.634, de 13 de março de 2020, do Governador do Estado de Goiás, que estabelece que os procedimentos preventivos de emergência a serem adotados pelo poder executivo do estado de Goiás e seus servidores, em razão de pandemia do novo coronavírus (COVID-19);

Considerando o Decreto nº 9.637, de 17 de março de 2020, do Governador do Estado de Goiás, que altera o Decreto nº 9.633, de 13 de março de 2020, restringindo atividades comerciais.

Considerando a orientação do Conselho Nacional de Educação - CNE, de 14 de março de 2020, de que, se necessário, as instituições poderão repor as aulas no próximo ano para cumprir os 200 dias letivos anuais exigidos pela legislação;

Considerando a situação que demanda o emprego urgente de medidas de prevenção, controle e contenção de riscos, danos e agravos à saúde pública, a fim de evitar a disseminação da doença no Estado de Goiás;

Considerando o pedido da Organização Mundial de Saúde para que os países redobrem o comprometimento contra a pandemia;

O Presidente da Agência Goiana de Infraestrutura e Transportes - GOINFRA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. Suspender todo atendimento presencial na Agência Goiana de Infraestrutura e Transportes - GOINFRA, inclusive na Unidade da CODEP/JARI da GOINFRA que se refira a serviços desta unidade, a partir do dia 20 de março de 2020.

Art. 2º. Determinar que os serviços referentes ao protocolo geral de documentos sejam realizados pelo e-mail protocolo@goinfra.go.gov.br.

Art. 3º. Determinar que os serviços referentes ao protocolo de defesas prévias ou defesas em razão de penalidades, sejam realizados pelo aplicativo Detran GO ON, aplicativo o qual pode ser baixado em todas as plataformas digitais.

Art. 4º. Determinar que casos excepcionais, que sejam considerados urgentes pela Gerência de Comissão de Defesa Prévia, serão tratados individualmente pela mesma, por meio dos telefones: (62) 3265-4111, (62) 3265-4312, no horário das 07:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:30, e pelo e-mail codepjari@goinfra.go.gov.br.

Art. 5º. Determinar que os demais casos poderão ser tratados pelo e-mail secretariageral@goinfra.go.gov.br.

Art. 6º. Especificar que tais medidas terão efeito enquanto perdurar a situação de emergência determinada pelo Governo do Estado de Goiás por meio de suas disposições legais.

Art. 7º. Esta Portaria entra em vigor nesta data.

CUMPRE-SE e PUBLIQUE-SE.

Pedro Henrique Ramos Sales

Presidente

Gabinete do Presidente do (a) AGÊNCIA GOIANA DE INFRAESTRUTURA E TRANSPORTES, aos 18 dias do mês de março de 2020.

Protocolo 173804

EXTRATO DE TERMO DE PERMISSÃO DE USO

TERMO DE PERMISSÃO DE USO N.º 019/2020-PR-PROSET. PERMISSORA: AGÊNCIA GOIANA DE INFRAESTRUTURA E TRANSPORTES - GOINFRA. **PERMISSIONÁRIA:** AEROPREST COMÉRCIO DE DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA.. **OBJETO:** PERMISSÃO DE USO DE ÁREA PARA EMPRESA DE ABASTECIMENTO DE AERONAVES NO AERÓDROMO DE ANÁPOLIS, NESTE ESTADO. **VALOR MENSAL:** R\$ 1.359,00 (um mil e trezentos e cinquenta e nove reais). **PRAZO DE VIGÊNCIA:** 60 (sessenta) meses, contados a partir da data do início da vigência do Termo de Permissão. **PROCESSO (SEI) N.º 201900036002070.**

Protocolo 173651



DOE AMOR. DOE SANGUE.

abc
AGÊNCIA BRASIL CENTRAL